

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Celta Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 130.676 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 1.012.173 mil e Ativos Totais de R\$ 1.021.083 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto à parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2018	2017
ATIVO		
CIRCULANTE	315.399	575.318
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	189.345	271.320
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 6)	117.294	-
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	-	33.054
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 9)	-	136.758
Dividendos a Receber (Nota 18)	8.760	116.071
Valores a Receber (Nota 10)	-	18.115
NÃO CIRCULANTE	705.684	320.208
Realizável a Longo Prazo	311.285	56.578
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 8)	291.546	-
Créditos Tributários (Nota 19c)	1.405	440
Valores a Receber (Nota 10)	-	54.344
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19d)	18.334	1.794
Investimentos (Nota 11)	394.399	263.630
TOTAL	1.021.083	895.526

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	145.962	116.070
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 12)	130.769	116.070
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	15.193	-
DESPESAS OPERACIONAIS	51.143	2.989
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 17)	47.697	531
Despesas Tributárias (Nota 16)	3.420	2.382
Outras Despesas Operacionais	26	76
RESULTADOS FINANCEIROS	35.953	40.888
Resultados Financeiros Líquidos (Nota 14)	35.953	40.888
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	130.772	153.969
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19a)	(96)	(12.604)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	130.676	141.365
Número de Ações	740.000	740.000
Lucro Líquido Básico por ação em R\$	176,59	191,03

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	130.772	153.969
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(137.137)	(121.030)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(130.769)	(116.070)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(6.368)	(4.960)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(6.365)	32.939
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(155.824)	-
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Disponível pra Venda	-	(12.709)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	(69.336)	-
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação	-	(2.935)
(Aumento)/Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(14.904)	-
Aumento em Outros Ativos	64.434	12.567
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(5.27)	356
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.421)	(7.281)
Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	(187.943)	22.937
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos	107.311	73.616
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	107.311	73.616
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(1.343)	(901)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(1.343)	(901)
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(81.975)	95.652
Caixa e Equivalente de Caixa - Início do Período	271.320	175.668
Caixa e Equivalente de Caixa - Fim do Período	189.345	271.320
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(81.975)	95.652

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Celta Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Celta Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

Em dezembro de 2018, ocorreu a rescisão da joint venture com a Fidelity Processadora S.A. ("Processadora"), tornando-se a Celta Holdings S.A., a único acionista da Processadora.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adota a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017. (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de precificação ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimento em coligadas

Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho ou praticando certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Em 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 70.000 mil elevando-o de R\$ 380.000 mil para R\$ 450.000 mil mediante capitalização de parte da Reserva de Lucros - Reserva Estatutária.

Em dezembro de 2018, ocorreu a rescisão da joint venture com a Fidelity Processadora S.A. ("Processadora"), tornando-se a Celta Holdings S.A., a único acionista da Processadora.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2018	2017
CIRCULANTE	3.843		3.843	7.745
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19e)	1.644		1.644	5.175
Dividendos a Pagar (Nota 13c)	1.241		1.241	1.343
Outras Obrigações a Pagar	958		958	1.227
NÃO CIRCULANTE	5.067		5.067	4.358
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidas (Nota 19c)	5.067		5.067	4.358
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.012.173		1.012.173	883.423
Capital Social (Nota 13a)	450.000		450.000	380.000
Reservas de Lucros (Nota 13b)	562.901		562.901	503.466
Ajuste Avaliação Patrimonial	(728)		(728)	(43)
TOTAL	1.021.083		1.021.083	895.526

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial (Próprias)	Lucros Acumulados	Totais
Eventos						
Saldos em 31.12.2016	326.000	25.850	391.594	(356)	-	743.088
Aumento de Capital com Reservas (Nota 13a) ...	54.000	-	(54.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	141.365	141.365
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	313	-	313
Destinações - Reservas	-	7.068	132.954	-	(140.022)	-
- Dividendos Propostos (Nota 13c)	-	-	-	-	(1.343)	(1.343)
Saldos em 31.12.2017	380.000	32.918	470.548	(43)	-	883.423
Aumento de Capital com Reservas (Nota 13a) ...	70.000	-	(70.000)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	130.676	130.676
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(685)	-	(685)
Destinações - Reservas	-	6.534	122.901	-	(129.435)	-
- Dividendos Propostos (Nota 13c)	-	-	-	-	(1.241)	(1.241)
Saldos em 31.12.2018	450.000	39.452	523.449	(728)	-	1.012.173

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	130.676	141.365
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(685)	313
Total do Resultado Abrangente	129.991	141.678

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e juros e variação cambial positiva sobre valores a receber. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.11) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos a revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
						2018	2017	2018	2017
Aquarius Participações S.A.(1)	63.600	87.815	266.877	254.110	49,0000%	43.029	263.630	130.769	116.070
BBC Processadora S.A. (2)	117.088	351.370	-	1	100%	351.370	-	-	-
Total						394.399	263.630	130.769	116.070

(1) Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa na investida; e
(2) Investimento decorrente da cisão parcial da empresa Aquarius Participações S.A., ocorrida em dezembro de 2018, conforme Nota 20c.

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) **Ativos contingentes**
Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação relaciona-se ao PIS, Cofins, IRPJ e CSLL, cuja totalidade do processo corresponde a R\$ 39.289 (2017 - R\$ 50.991).

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias	740.000	740.000
Total	740.000	740.000

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 70.000, elevando-o de R\$ 380.000 para R\$ 450.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Reservas de lucros	562.901	503.466
- Reserva legal (1)	39.452	32.918
- Reserva estatutária (2)	523.449	470.548

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2018	% (1)	2017	% (1)
Lucro líquido do exercício	130.676		141.365	
Reserva legal	(6.534)		(7.068)	
Base de cálculo	124.142		134.297	
Dividendos mínimos obrigatórios	1.241	1,0	1.343	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

14) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Rendimento de aplicações financeiras	29.585	35.933
Variações monetárias líquidas sobre valores a receber	2.903	4.661
Variações cambiais líquidas sobre valores a receber	3.465	294
Total	35.953	40.888

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Operações com derivativos	14.904	-
Outras	289	-
Total	15.193	-

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins	2.537	1.986
PIS	480	335
IOF	402	60
Outras	1	1
Total	3.420	2.382

17) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Patrocínios e doações	342	409
Editais e publicações	82	100
Multas dedutíveis (1)	44.188	10
Serviços de terceiros	29	12
Outras (2)	3.056	-
Total	47.697	531

(1) Referente a multa contratual com a FIS - Fidelity National Information Services, INC.; e

(2) Refere-se a reversão de repactuação de dívida com a Fidelity liquidada em 19/12/2018.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Celta Holdings S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celta Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

18) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	6	-	-
Ativos financeiros disponível para venda	-	136.758	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	291.546	-	-	-
Ativos financeiros para negociação	-	33.054	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	102.390	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	8.760	116.071
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	(1.241)	(1.343)

(1) Banco Bradesco S.A.; e

(2) Nova Paoli Participações Ltda. e Aquarius Participações S.A.

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas	
	2018	2017	2018	2017
Rendimento de letras financeiras	9.266	12.709	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	2.197	2.935	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	130.772	153.969
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(44.462)	(52.349)

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:

Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	44.462	39.464
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(96)	(128)
Outros valores	-	409
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(96)	(12.604)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(709)	(12.634)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias	(92)	30
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	187	-
Prejuízo fiscal	518	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(96)	(12.604)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2017	Constituição	Realização	2018
Provisões para propaganda/publicidade e honorários	417	34	(126)	325
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	417	34	(126)	325
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	705	-	705
Subtotal	417	739	(126)	1.030
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	23	375	(23)	375
Total dos créditos tributários	440	1.114	(149)	1.405
Obrigações fiscais diferidas	4.358	5.067	(4.358)	5.067
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(3.918)	(3.953)	4.209	(3.662)

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante R\$ 18.334 (2017 - R\$ 1.794) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 1.644 (2017 - R\$ 5.175), referem-se a Imposto de Renda (2017 - R\$ 5.053), Cofins R\$ 1.356 (2017 R\$ 105) e PIS R\$ 288 (2017 - R\$ 17).

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa

	Em 31 de dezembro					
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social	Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
2019	80	29	173	62	344	344
2020	80	29	173	62	344	344
2021	79	28	172	63	342	342
Total	239	86	518	187	1.030	

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação da Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 990 (2017 - R\$ 397).

20) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis;

b) Em dezembro de 2018, ocorreu a rescisão da *joint venture* com a Fidelity Processadora S.A. ("Processadora"), tornando-se a Celta a único acionista da Processadora cujo patrimônio líquido é constituído exclusivamente pelos ativos e passivos relacionados à prestação de serviços de processamento de cartões de crédito para a Organização Bradesco. A operação tem por objetivo: (a) redução de custos de processamento e aumento na eficiência do negócio de cartões de crédito; (b) não causar qualquer impacto para as atividades e clientes; e (c) não envolver valores financeiros. Ainda, as partes mantiveram sua associação na Fidelity Serviços S.A., sociedade prestadora de serviços de *call center*, suporte e demais serviços relacionados;

c) CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15)" - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retrair a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção;

d) CPC 06 (R2) - *Leasing* (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing* operacional e financeiro para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing* financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações; e

e) Em 31 de dezembro não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis.

A DIRETORIA

Silvio José Alves - Contador - CRC-1SP202567/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de abril de 2019

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 25P028567/O-1 F SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

CELTA HOLDINGS S.A. 3

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 79
São Paulo, sábado, 27 de abril de 2019

Página 4

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Celta Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 130.676 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 1.012.173 mil e Ativos Totais de R\$ 1.021.083 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto à parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 70.000 mil elevando-o de R\$ 380.000 mil para R\$ 450.000 mil

mediante capitalização de parte da Reserva de Lucros - Reserva Estatutária.

Em dezembro de 2018, ocorreu a rescisão da joint venture com a Fidelity Processadora S.A. ("Processadora"), tornando-se a Celta Holdings S.A., a único acionista da Processadora.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2018	2017	2018	2017
ATIVO				
CIRCULANTE	315.399	575.318	3.843	7.745
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	189.345	271.320	1.644	5.175
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 6)	117.294	-	1.241	1.343
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	-	33.054	958	1.227
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 9)	-	136.758	-	-
Dividendos a Receber (Nota 18)	8.760	116.071	-	-
Valores a Receber (Nota 10)	-	18.115	-	-
NÃO CIRCULANTE	705.884	320.208	1.012.173	883.423
Realizável a Longo Prazo	311.285	56.571	-	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 8)	291.546	-	450.000	300.000
Créditos Tributários (Nota 19c)	1.405	440	562.901	503.466
Valores a Receber (Nota 10)	-	54.344	(728)	(43)
Tributos a Recuperar (Nota 19a)	18.334	1.794	-	-
Investimentos (Nota 11)	394.399	263.630	-	-
TOTAL	1.021.083	895.526	1.021.083	895.526

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS	145.962	116.070
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 12)	130.769	116.070
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	15.193	-
DESPESAS OPERACIONAIS	51.143	2.989
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 17)	47.697	531
Despesas Tributárias (Nota 16)	3.420	2.382
Outras Despesas Operacionais	26	76
RESULTADOS FINANCEIROS	35.953	40.888
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 14)	35.953	40.888
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	130.772	153.969
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19a)	(96)	(12.604)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	130.676	141.365
Número de Ações	740.000	740.000
Lucro Líquido Básico por ação em R\$	176,59	191,03

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	130.772	153.969
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(137.137)	(121.030)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(130.769)	(116.070)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	(6.365)	(4.960)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(6.365)	32.939
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(155.824)	-
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Disponível para Venda	-	(12.709)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	(69.330)	-
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação	-	(2.935)
(Aumento)/Redução em Instrumentos Financeiros Derivativos	(14.904)	-
Aumento em Outros Ativos	64.434	12.567
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(527)	356
Imposto de Renda e Contribuição Social Pago	(5.421)	(7.281)
Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	(187.943)	22.837
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos	107.311	73.616
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	107.311	73.616
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(1.343)	(901)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(1.343)	(901)
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(81.975)	95.652
Caixa e Equivalente de Caixa - Início do Período	271.320	175.686
Caixa e Equivalente de Caixa - Fim do Período	189.345	271.320
(Aumento)/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(81.975)	95.652

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Celta Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A Celta Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. Em dezembro de 2018, ocorreu a rescisão da joint venture com a Fidelity Processadora S.A. ("Processadora"), tornando-se a Celta Holdings S.A., a único acionista da Processadora.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 30 de janeiro de 2019.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros
A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.
O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Investimento em coligadas
Os investimentos em sociedades coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia, e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido.

2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:
• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

10) VALORES A RECEBER
Em dezembro de 2018 ocorreu a liquidação total dos valores a receber decorrentes da repactuação do acordo com a FIS - Fidelity National Information Services, INC, firmado em novembro de 2010. (2017 - R\$ 72.459).

11) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.
b) **A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial (Próprias)	Lucros Acumulados	Totais	
						2018	2017
Saldos em 31.12.2016	326.000	25.850	391.594	(356)	-	743.088	-
Aumento de Capital com Reservas (Nota 13a)	54.000	-	(54.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	313	141.365	141.365	313
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(140.022)	-	-
Destinações - Reservas	-	7.068	132.954	-	(1.343)	(1.343)	-
- Dividendos Propostos (Nota 13c)	-	-	-	-	(1.343)	(1.343)	-
Saldos em 31.12.2017	380.000	32.918	470.548	(43)	-	883.423	-
Aumento de Capital com Reservas (Nota 13a)	70.000	-	(70.000)	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	313	130.676	130.676	313
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(685)	-	(685)
Destinações - Reservas	-	6.534	122.901	-	(129.435)	-	-
- Dividendos Propostos (Nota 13c)	-	-	-	-	(1.241)	(1.241)	-
Saldos em 31.12.2018	450.000	39.452	523.449	(728)	-	1.012.173	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	130.676	141.365
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(685)	313
Total do Resultado Abrangente	129.991	141.678

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não são reconhecidos até o momento de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
• **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido
a) **Lucro por ação**
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.
b) **Dividendos a pagar**
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras
As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e juros e variação cambial positiva sobre valores a receber. As receitas de juros são reconhecidas na receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.11) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e independência dos processos.
Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:
Nível 1
Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2
Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Nas demonstrações contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.
Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação de que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional (1)	189.345	271.314
Total de caixa e equivalentes de caixa	189.345	271.320

(1) Referem-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Em 31 de dezembro				
Títulos	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil (1)	Valor de mercado	Marcação a mercado
Certificado de Depósito Bancários - CDB (1)	-	102.390	102.390	102.390	-
Derivativos (2)	14.904	-	14.904	14.904	-
Total em 2018	14.904	102.390	117.294	117.294	-

(1) Referem-se a Certificado de Depósito Bancário - CDB emitido pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 100,25% do DI com vencimento em 10.12.2020; e (2) Relação de reestruturação de associação entre Celta e Aquarius Participações S.A., atualizado pela Selic, com vencimento em 12 de maio de 2020.

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

	Em 31 de dezembro				
Títulos	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil (1)	Valor de mercado	Marcação a mercado
Certificado de Depósito Bancários - CDB (1)	-	33.054	-	33.054	-
Total em 2017	33.054	-	33.054	33.054	-

(1) Referem-se a Certificado de Depósito Bancário - CDB emitido pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 98% do DI com vencimento em 11.12.2018.

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Em 31 de dezembro				
Títulos	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Letras Financeiras (1)	-	291.546	291.546	292.649	(1.103)
Total em 2018	-	291.546	291.546	292.649	(1.103)

(1) Referem-se a Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 104% do DI, com vencimento em 21.03.2022; e
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

9) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Em 31 de dezembro				
Títulos	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Letras Financeiras (1)	-	136.758	-	136.758	136.824
Total em 2017	136.758	-	136.758	136.824	(66)

(1) Referem-se a Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., a taxa de 102,75% do DI, com vencimento em 20.12.2018; e
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS</

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1.450, 9º Andar, Parte, Cerqueira César - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2018 e 2017 estão demonstrados a seguir:

	2018		2017	
	Em 31 de dezembro	% (1)	Em 31 de dezembro	% (1)
Lucro líquido do exercício	130.676		141.365	
Reserva legal	(6.534)		(7.069)	
Base de cálculo	124.142		134.297	
Dividendos mínimos obrigatórios	1.241	1,0	1.343	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

14) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Rendimento de aplicações financeiras	29.585	35.933
Variações monetárias líquidas sobre valores a receber	2.903	4.661
Variações cambiais líquidas sobre valores a receber	3.465	294
Total	35.953	40.888

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Operações com derivativos	14.904	-
Outras	289	-
Total	15.193	-

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins	2.537	1.986
PIS	480	335
IOF	402	60
Outras	1	1
Total	3.420	2.382

17) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Patrocínios e doações	342	409
Edifícios e publicações	92	100
Multas e débitos (1)	44.188	10
Serviços de terceiros	29	12
Outras (2)	3.056	-
Total	47.697	531

(1) Referente a multa contratual com a FIS - Fidelity National Information Services, INC.; e
(2) Referente a reversão de repactuação de dívida com a Fidelity liquidada em 19/12/2018.

18) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	6	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	136.758	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	291.546	-	-	-
Ativos financeiros para negociação	-	33.054	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	102.390	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	8.760	116.071	-
Passivos				
Dividendos a pagar	-	(1.241)	(1.343)	-

(1) Banco Bradesco S.A.; e
(2) Nova Paol Participações Ltda. e Aquarius Participações S.A.

	Controladores (1)		Coligadas e controladas	
	2018	2017	2018	2017
Rendimento de letras financeiras	9.266	12.709	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	2.197	2.935	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Celta Holdings S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celta Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido no auditorio ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessas bases contábeis no relatório de administração. A administração também é responsável por assegurar que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	130.772	153.969
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(44.462)	(52.349)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	44.462	39.464
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	(96)	(128)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	-	469
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(96)	(12.604)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(709)	(12.634)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício, sobre adições temporárias	(92)	30

c) Constituição no período sobre:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Base negativa de contribuição social	187	-
Prejuízo fiscal	518	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(96)	(12.604)

d) Origen dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2017	Constituição	Realização	2018
Provisões para propaganda/publicidade e honorários	417	34	(126)	325
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	417	34	(126)	325
Subtotal	417	739	(126)	1.030
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	23	375	(23)	375
Total dos créditos tributários	440	1.114	(149)	1.405
Créditos fiscais diferidos	4.358	5.067	(4.358)	5.067
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(3.918)	(3.953)	4.209	(3.662)

e) Tributos a compensar ou a recuperar
Os tributos a compensar ou a recuperar no montante R\$ 18.334 (2017 - R\$ 1.794) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 1.644 (2017 - R\$ 5.175), referem-se a Imposto de Renda (2017 - R\$ 5.053), Cofins R\$ 1.356 (2017 R\$ 105) e PIS R\$ 288 (2017 - R\$ 17).

g) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa

	Em 31 de dezembro				
	Diferenças temporárias de renda	Contribuição social	Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
2019	80	29	173	62	344
2020	80	29	173	62	344
2021	79	28	172	63	342
Total	239	86	518	187	1.030

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação da Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 990 (2017 - R\$ 397).

20) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há processos com riscos civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis;
- b) Em dezembro de 2018, ocorreu a rescisão da *joint venture* com a Fidelity Processadora S.A. ("Processadora"), tornando-se a Celta a único acionista da Processadora cujo patrimônio líquido é constituído exclusivamente pelos ativos e passivos relacionados à prestação de serviços de processamento de cartões de crédito para a Organização Bradesco. A operação tem por objetivo: (a) redução de custos de processamento e aumento na eficiência do negócio de cartões de crédito; (b) não causar qualquer impacto para as atividades e clientes; e (c) não envolver valores financeiros. Ainda, as partes mantiveram a empresa e a Fidelity Processadora de Serviços S.A., sociedade prestadora de serviços de call center, suporte e demais serviços relacionados;
- c) CPC 47 - Recetas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos dos bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impacto decorrente da sua adoção;
- d) CPC 06 (R2) - Leasing (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em *leasing operacional* e *financeiro* para os arrendatários; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil serão ativadas e em contrapartida lançadas no passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual *leasing financeiro*. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações;
- e) Em 31 de dezembro não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis.

A DIRETORIA

Silvio José Alves - Contador - CRC-1SP202567/O-5

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, de forma relevante, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para fundamentar as evidências de auditoria obtidas em relação às demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de abril de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

R BRASIL SOLUÇÕES S.A.					
CNPJ nº 06.129.569/0001-38					
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios em 31 de dezembro de 2018 e 2017, permanecendo à disposição para quaisquer informações. São Paulo, 29 de abril de 2019.					
BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios Findos em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de Reais)					
Ativo	31/12/2018		31/12/2017		Passivo
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Ativo circulante					Passivo circulante
Caixa e equivalentes de caixa	8.491	1.094	Empréstimos e financiamentos	62	71
Contas a receber de serviços, líquidas	33.368	30.683	Fornecedores	4.534	3.327
Impostos a recuperar	4.675	4.938	Impostos, taxas e contribuições	3.971	2.578
Adiantamento a funcionários	363	227	Parcelamento de impostos	1.264	1.169
Outros créditos	46	33	Pessoal, encargos e benefícios sociais	5.559	3.568
Total do ativo circulante	46.943	36.975	Dividendos a pagar	1.936	1.936
			Outras obrigações	36.214	15.383
			Total do passivo circulante	53.840	28.032
Ativo não circulante			Não circulante		
Contas a receber de serviços, líquidas	12.241	9.013	Empréstimos e financiamentos	38	116
Impostos a recuperar	19	-	Parcelamento de impostos	9.907	10.463
Provisão para demandas judiciais	2.412	48	Provisão para demandas judiciais	3.438	4.620
Depósitos judiciais	340	178	Outras obrigações	37.015	49.548
Outros créditos	26.412	31.176	Total do passivo não circulante	50.398	64.747
Imobilizado, líquido	1.557	2.151	Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	400	400
Intangível, líquido	14.202	17.692	Capital social	80	80
Total do ativo não circulante	57.183	60.168	Reserva legal	(592)	3.884
			Reserva de Lucros / prejuízo acumulado	(112)	4.365
Total do ativo	104.126	97.143	Total do passivo e patrimônio líquido	104.126	97.143
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios Findos em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de Reais)					
Lucro líquido do exercício	31/12/2018		31/12/2017		Obrigações tributárias
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa	4.074	23.487	Outras contas a pagar	932	11.864
Depreciações e amortizações	378	(14.108)	Caixa gerado nas atividades operacionais	(1.161)	4.796
Tributos diferidos	(2.364)	7.029	Aquisições de imobilizado e intangível	140	(12.697)
Provisão para demandas judiciais	(1.162)	(23.899)	Caixa utilizado nas atividades de investimento	(43)	(2.083)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	49	-	Captação de empréstimos com parte relacionada	8.300	50.290
Outros	(162)	(40.622)	Pagamento de empréstimo à parte relacionada	(1.000)	(9.870)
(Aumento) redução no ativo operacional:	(5.981)	(40.622)	Empréstimos cedidos	-	(27.390)
Contas a receber de clientes	(1.620)	(32.744)	Caixa gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	7.300	13.030
Outros ativos	(1.620)	(7.878)	Aumento no caixa e equivalentes de caixa	7.300	13.030
Aumento (redução) no passivo operacional:	3.269	18.546	Caixa e equivalentes no início do exercício	1.094	2.844
Fornecedores	1.507	818	Caixa e equivalentes no final do exercício	8.491	1.094
Obrigações trabalhistas	1.991	1.078	Aumento no caixa e equivalentes de caixa	7.397	(1.750)
Jorge Luiz Lourenço			Robson Henrique Santos		
Presidente			Contador - CRC SP-256089/O-1		

PREFEITURA MUNICIPAL DE DRACENA

PREGÃO Nº 043/2019 - PROC. 1259/2019 - AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto o Edital do Pregão (PRESENCIAL) n.º 043/2019, cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO 0 KM TIPO ÔNIBUS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. Data da sessão: 24/05/2019; horário: 09h10m; Local: Sala de Licitações. Edital na íntegra: <http://www.dracena.sp.gov.br>. Dracena, 26 de Abril de 2.019. LÍGIA M. SINATURA.

TOM